

# Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos

Ana Amélia Camarano \*  
Ricardo Abramovay \*\*

## Apresentação

É bastante difundida - e não só entre os especialistas da área - a informação de que, entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, que se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida. Curiosamente, entretanto, desde então, o êxodo rural deixou de traduzir-se em cifras. A publicação do Censo 1991 não foi suficiente para que se tivesse uma idéia precisa do que ocorreu a respeito durante a década de 80. Se os 27 milhões de migrantes do período de 1960/80 estão na ponta da língua de qualquer estudioso sobre o meio rural, até aqui não se conhecia o êxodo dos anos 80.

É verdade que os resultados do Censo Demográfico 1991, que permitem a estimação de saldos migratórios, só foram disseminados em 1996 e, isto foi feito, primeiramente, por meio de CD-ROM, o que para a sua leitura, exigem-se técnicas e equipamentos que, na maior parte dos casos, estavam

acessíveis apenas a uma minoria de pesquisadores<sup>1</sup>. Talvez, porém, mais importante que as dificuldades técnicas de acesso aos dados seja o fato de que o êxodo rural deixou de estar entre os interesses prioritários dos estudiosos do tema, a começar pelos demógrafos. O surgimento de novos temas (mortalidade por violência nas grandes cidades, desemprego urbano, envelhecimento populacional, etc.) responde em parte por esta situação e o estudo do êxodo rural aparece como assunto pouco promissor. Tudo se passa como se o esvaziamento social, demográfico e econômico do campo fosse uma fatalidade inerente ao processo de desenvolvimento ou como se acreditasse que o fenômeno estudado já tivesse perdido importância quantitativa.

A importância do êxodo rural é confirmada, quando se examinam os dados dos últimos cinquenta anos: desde 1950, a cada dez anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração. Os anos 90 não arrefeceram em muito esta tendência: se as taxas de evasão do meio rural

---

\* Técnica do IPEA - [aac@ipea.gov.br](mailto:aac@ipea.gov.br)

\*\* Departamento de Economia e PROCAM/USP - [abramov@usp.br](mailto:abramov@usp.br)

<sup>1</sup> Os dados necessários para as estimativas de saldos migratórios em 1980-1991 estavam disponíveis apenas em CD-ROM e dada a sua magnitude, a leitura dos mesmos exige conhecimentos e equipamentos sofisticados, o que restringe o número de usuários.

observadas entre 1990 e 1995 persistirem pelo restante da década, quase 30% dos brasileiros que então viviam no campo em 1990 terão mudado seu local de residência na virada do milênio.

Por outro lado, entretanto, há ao menos três fatores que desmentem o caráter de profecia realizada associado com frequência ao estudo do êxodo rural. Nos países desenvolvidos, cerca de um quarto da população vive no meio rural – embora seja muito minoritária a parcela deste total que exerce atividades agrícolas. Nos Estados Unidos a população rural está em crescimento e o potencial econômico das áreas rurais – associadas às cidades que as circundam – vem suscitando interesse cada vez maior. A própria Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – possui hoje um “serviço de desenvolvimento territorial” (Von Meyer, 1998). As dinâmicas demográficas do meio rural não estão associadas apenas a seu esvaziamento, mas também à descoberta de seus novos trunfos.

O segundo fator que torna interessante o estudo da situação demográfica do meio rural brasileiro é a diferenciação regional quanto aos ritmos dos movimentos migratórios ao longo do tempo cuja expressão mais importante é o **declínio nas taxas de saída do campo nas Regiões Sudeste e Sul nos anos 90**.

A terceira novidade associada ao estudo dos movimentos migratórios rurais está no **envelhecimento e na masculinização** da população que vive no campo. São cada vez mais os jovens que vêm deixando o meio rural e entre estes é preponderante a participação das mulheres.

O objetivo deste artigo é apresentar uma série histórica de estimativas de saldos e taxas líquidas de migrações rural-urbanas por sexo e grupos quinquenais de idade para

o Brasil como um todo e as cinco regiões para as décadas de 50, 60, 70, 80 e o primeiro quinquênio dos anos 90. Estas estimativas foram obtidas por métodos indiretos utilizando-se dos dados censitários e da contagem populacional realizada em 1996. Após um rápido panorama da dinâmica demográfica observada para o Brasil como um todo (**sessão 2**), o texto explora, na sua **terceira sessão**, a hipótese de que as várias regiões brasileiras foram desempenhando, a cada década, papéis diferenciados no processo de **desruralização**<sup>2</sup>.

A **sessão 4** do trabalho analisa, de maneira sucinta, as implicações demográficas sobre o meio rural dos deslocamentos populacionais. Esta análise está baseada na evolução da razão de sexo nas diferentes regiões por faixa etária. Nas conclusões (**sessão 5**) são sugeridas algumas perspectivas para a continuidade da pesquisa.

Ressalta-se que este é um trabalho preliminar, primeiro resultado de uma pesquisa em andamento sobre a evolução histórica dos movimentos migratórios rural-urbanos e, de maneira mais geral, sobre as condições de vida no campo.

#### **A desruralização progressiva**

A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970 com 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% do total. Desde então o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando em 1996 com um total de 33,8 milhões de habitantes, ou 22% do total. A redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios. Mais recentemente, a queda de fecundidade rural contribuiu também para a diminuição do ritmo de crescimento desta população (Tabela 1).

<sup>2</sup> A saída do meio rural não implica, necessariamente, no acesso às condições mínimas próprias da vida urbana: **desruralização** nem sempre é sinônimo, neste sentido, de **urbanização** (Abramovay e Sachs, 1996).

**Tabela 1 - População rural total, participação relativa no total da população e taxa de crescimento - Brasil- 1950/1996**

| Ano  | População rural |  | Taxa de crescimento (%) |
|------|-----------------|--|-------------------------|
|      | Total           | Participação no total da população (%) |                         |
| 1950 | 38 291 775      | 63,8                                   | 0,12                    |
| 1960 | 38 787 423      | 54,6                                   | 0,57                    |
| 1970 | 41 054 053      | 44,1                                   | (-) 0,64                |
| 1980 | 38 509 893      | 32,4                                   | (-) 0,81                |
| 1991 | 35 213 268      | 24,5                                   | (-) 0,77                |
| 1996 | 33 879 211      | 22,0                                   | (-) 1,16                |

Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

### Rural - urbano

Não existe critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. Na Espanha, em Portugal, na Itália e na Grécia, são rurais os habitantes que vivem em assentamentos humanos com menos de dez mil habitantes – e que guardam uma certa distância dos centros metropolitanos, bem entendido (Bartolomé, 1996, p.55). Na França este limite é estabelecido em 2 000 habitantes. Vários países latino-americanos (Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá) adotam igualmente um limite populacional que varia entre 1 000 e 2 500 habitantes na definição de população rural. Na Costa Rica, no Haiti, Uruguai e em Cuba são rurais as localidades com “características não urbanas”. No Chile, além do patamar populacional a localidade rural deve ter menos de 50% de sua população ativa ocupada em atividades secundárias (Dirven, 1997, p.79).

No Brasil, bem como no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e em El Salvador o critério tem natureza mais administrativa que geográfica ou econômica. O que vale não é a intensidade ou certas

qualidades dos assentamentos humanos, mas o fato de serem considerados administrativamente como urbanos ou não pelos poderes públicos municipais. Segundo a definição da FIBGE, “na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos” (FIBGE, 1997). Este critério contribui para uma certa subestimação da população rural: sedes municipais e mesmo distritais com algumas poucas centenas de residências são consideradas urbanas.

Os movimentos migratórios respondem pelo essencial do processo de esvaziamento da população rural. A Tabela 2 mostra a evolução histórica dos saldos líquidos migratórios rural-urbanos e as taxas líquidas de migração para as décadas compreendidas entre o período de 1950-1995<sup>3</sup>. Estes resultados não diferem muito de outros mostrados em outros trabalhos como o de Martine (1990, p.22).

<sup>3</sup> O saldo líquido migratório rural-urbano é a diferença entre a população rural esperada apenas em função do crescimento vegetativo (natalidade menos a mortalidade) e a população realmente encontrada no momento do censo.

**Tabela 2 - Estimativas de saldo líquido migratório rural-urbano e taxa líquida de migração Brasil - 1950/1995**

| Período       | Estimativas de saldo líquido migratório rural-urbano<br>(por 1 000 hab.) |             |             | Taxa líquida de migração (%) (1) |
|---------------|--|-------------|-------------|----------------------------------|
|               | Total  | Homens      | Mulheres    |                                  |
| 1950/1960     | (-) 10 824   | (-) 4 839   | (-) 5 984   | (-) 33,0                         |
| 1960/1970     | (-) 11 484   | (-) 6 318   | (-) 5 146   | (-) 29,9                         |
| 1970/1980     | (-) 14 413   | (-) 6 959   | (-) 7 453   | (-) 34,1                         |
| 1980/1990     | (-) 12 135   | (-) 5 621   | (-) 6 814   | (-) 31,4                         |
| 1990/1995 (2) | (-) 5 654,4  | (-) 2 696,0 | (-) 2 959,4 | (-) 29,3                         |

Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

Nota: Estimativas realizadas pelos autores.

(1) O denominador é a população do começo do período. (2) Taxa decenalizada para permitir a comparação.

Observa-se, até 1980, um crescimento absoluto do saldo populacional que deixou as áreas rurais. Aproximadamente 40% da população que vivia nas áreas rurais no começo dos anos 70 migrou nesta década. O fluxo que deixou o campo nos anos 80 também foi expressivo: um terço de todos os que viviam no meio rural em 1980, dali saíram durante o período, o que representou aproximadamente, 13 milhões de pessoas.

Entre 1990 e 1995, este movimento migratório superou 5,5 milhões de habitantes. Isto significa que se esta taxa persistisse durante toda a década, 28% da população rural que vivia no meio rural em 1990 teria mudado sua residência no ano 2 000. Em outras palavras, o Brasil da virada do milênio persiste no movimento de desruralização cuja intensidade parece não se ter atenuado muito nos últimos 40 anos em termos nacionais. Como será visto adiante nos anos 90, entretanto, este êxodo concentra-se sobretudo na Região Nordeste e **reduz-se de maneira significativa no Sudeste e no Sul.**

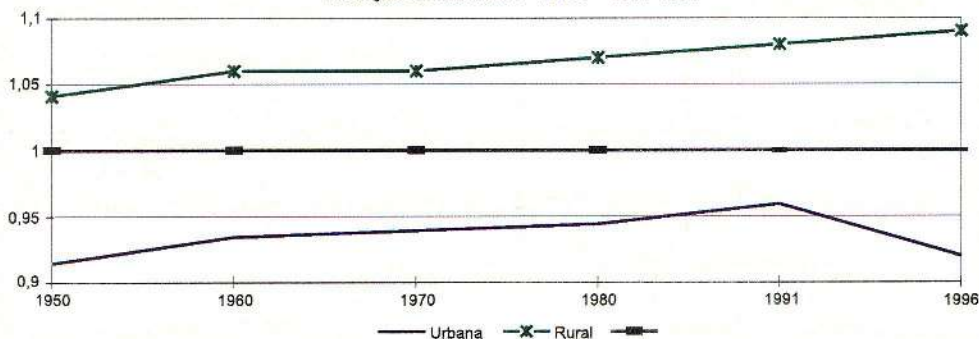
“As mulheres migram mais que os homens”: esta é uma das mais famosas “leis das migrações rurais” expostas em 1885 por Ravenstein (1885/1980, p.65), clássico da

literatura demográfica. No entanto, o exame da situação brasileira mostra que o predomínio feminino nos processos migratórios rurais-urbanos só não aconteceu no Brasil nos anos 60 para quando se estimou uma sobre-migração masculina de aproximadamente 1 200 mil homens (Tabela 2). Nas outras décadas, a migração feminina superou a masculina, mas em magnitude diferenciada. A maior sobre-migração feminina nos fluxos migratórios foi verificada nas décadas de 50 e 80. Nos anos 50, aproximadamente 1,2 milhão a mais de mulheres, ou seja uma sobre-migração de 19%, deixaram as áreas rurais. Nos anos 80, este diferencial absoluto foi de 1,5 milhão de pessoas e o relativo de 22% (Tabela 2).

Uma conseqüência do fenômeno da migração diferencial por sexo é o aumento da razão de sexos da população rural e uma redução desta razão nas áreas urbanas conforme mostrado no Gráfico 1. É crescente a **masculinização** do meio rural brasileiro: a razão de sexos cresceu de 1,04 em 1950 para 1,09 em 1996. No meio urbano, a razão de sexos foi de 0,91 e 0,94 em 1950 e 1996, respectivamente, no meio urbano<sup>4</sup>. As particularidades regionais e por grupo etário destas diferenças serão examinadas adiante.

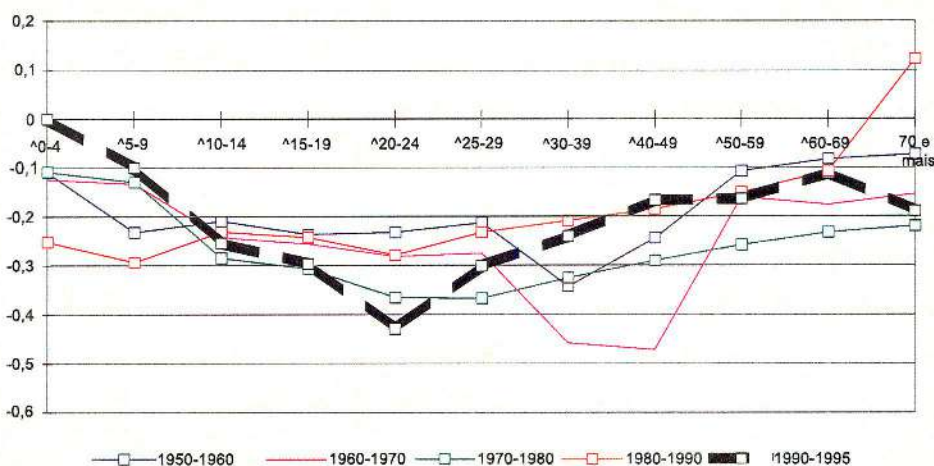
<sup>4</sup> O aumento da razão de masculinidade rural, principalmente, para a população idosa já foi mostrado por Bercovich, Bercovich (1993).

**Gráfico 1 - Razão de sexos da população por situação de domicílio - Brasil - 1950-1996**



Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

**Gráfico 2 - Estimativas das taxas líquidas migratórias da população masculina das áreas rurais - Brasil - 1950/1995**



Fonte: IBGE, vários censos demográficos (dados brutos).

Nota: Estimativas dos autores.

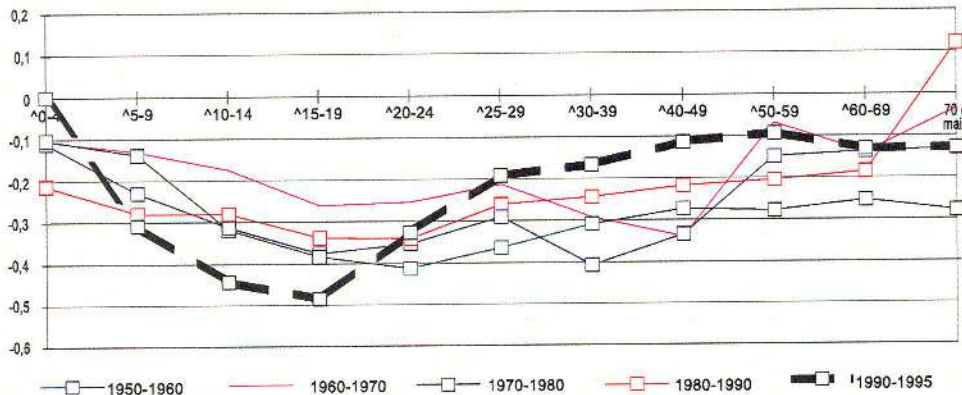
Outra característica importante é o rejuvenescimento do fluxo migratório rural. São cada vez mais jovens os que têm deixado o campo. As taxas decenais específicas de migração líquida rural-urbana para o período de 1950-95 estão apresentadas nos Gráficos 2 e 3, para a população masculina e feminina, respectivamente. Observando o Gráfico 2, verifica-se um deslocamento do ponto máximo da distribuição. Na década de 50, o ponto máximo da migração ocorreu no grupo etário de 30 a

39 anos. Já nos anos 90, este ponto deslocou-se para o grupo 20 a 24 anos.

Tendência semelhante foi observada para a população feminina. O Gráfico 3 mostra um deslocamento do ponto máximo da migração do grupo 30 a 39 anos nos anos 50 para 15 a 19 anos no primeiro quinquênio da década de 90. A tendência observada nos anos 90, em relação aos anos 80, é a de um decréscimo das taxas de migração da população maior de 20 anos e um acréscimo naquelas com idade inferior.



**Gráfico 3 - Estimativas das taxas líquidas de migração da população feminina das áreas rurais Brasil - 1950/1995**



Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

Nota: Estimativas dos autores.

Por outro lado, a emigração rural aliada à mais alta fecundidade no campo levou também a que a **razão de dependência rural** fosse mais alta do que a urbana<sup>5</sup>. Em 1996, esta variou de 0,74 nas áreas rurais a 0,55 nas áreas urbanas, onde tem decrescido ao longo do tempo em virtude da queda da fecundidade que reduz o peso da população jovem no total da população.

**Tabela 3 - Razão de dependência, por situação do domicílio Brasil- 1950/1996**

| Situação do domicílio | Razão de dependência |      |      |      |      |      |
|-----------------------|----------------------|------|------|------|------|------|
|                       | 1950                 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 1996 |
| Rural                 | 0,91                 | 0,89 | 0,91 | 0,86 | 0,73 | 0,73 |
| Urbano                | 0,62                 | 0,66 | 0,67 | 0,59 | 0,52 | 0,55 |

Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

**Principais trajetórias regionais**

Esta sessão examina o comportamento dos fluxos migratórios nas cinco grandes regiões brasileiras a partir de duas perguntas:

- a) Qual a participação de cada região do País no total de migrantes rurais ? A Tabela 4 mostra que é do Nordeste, por exemplo (com exceção dos anos 1960) que saem do campo os maiores contingentes populacionais. Do êxodo rural de 5,8 milhões de habitantes nos anos 90 mais da metade é composto de nordestinos.
- b) Qual a incidência do êxodo sobre a população rural de cada região do País ? É verdade que são os nordestinos que fornecem – com exceção dos anos 60 – a grande maioria dos migrantes rurais brasileiros. Em termos regionais, entretanto, é somente nos anos 50 e agora nos anos 90 que a taxa de desruralização nordestina é superior à das outras regiões do País, como se vê na Tabela 5. Apesar da magnitude absoluta do êxodo nordestino, sua perda de população rural é proporcionalmente menor que a do Sudeste e do Sul entre 1960 e 1970, menor que a do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste entre 1970 e 1990, e é somente nos anos 90 que o Nordeste volta a perder, em termos relativos, mais população rural que as outras regiões do País.

<sup>5</sup> A razão de dependência relaciona a população considerada demograficamente dependente (menor de 15 anos e maior de 64 anos) com a demograficamente considerada ativa (entre 15 a 65 anos). Quanto mais alta a razão maior é a carga que recai sobre a população ativa.

**Tabela 4 - Estimativas de saldo líquido migratório e distribuição proporcional, por Grandes Regiões - Brasil - 1950/1995**

| Grandes Regiões | Estimativas de saldo líquido migratório |                 |                          |                 |                         |                 |                          |                 |                          |                 |
|-----------------|---|-----------------|--------------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|
|                 | 1950/1960                               |                 | 1960/1970                |                 | 1970/1980               |                 | 1980/1990                |                 | 1990/1995                |                 |
|                 | Absoluta<br>(1 000 hab.)                | Relativa<br>(%) | Absoluta<br>(1 000 hab.) | Relativa<br>(%) | Absoluta<br>(1000 hab.) | Relativa<br>(%) | Absoluta<br>(1 000 hab.) | Relativa<br>(%) | Absoluta<br>(1 000 hab.) | Relativa<br>(%) |
| <b>Brasil</b>   | <b>(-) 10 824,1</b>                     | <b>100,0</b>    | <b>(-) 11 412,2</b>      | <b>100,0</b>    | <b>(-) 14 413,0</b>     | <b>100,0</b>    | <b>(-) 12 144,5</b>      | <b>104,0</b>    | <b>(-) 5 781,30</b>      | <b>100,0</b>    |
| Norte           | (-) 297,2                               | 2,7             | (-) 362,7                | 3,2             | 125,1                   | (-) 0,9         | 271,6                    | 2,2             | (-) 467,1                | 8,1             |
| Nordeste        | (-) 5 009,9                             | 46,3            | 3 083,9                  | 27,0            | (-) 4 912,0             | 34,1            | (-) 5 419,5              | 44,6            | (-) 3 154,10             | 54,6            |
| Sudeste         | (-) 3 895,0                             | 36,0            | (-) 6 011,4              | 52,7            | (-) 4 512,2             | 31,3            | (-) 3 126,5              | 25,7            | (-) 1 043,10             | 18,0            |
| Sul             | (-) 1 397,5                             | 12,9            | (-) 1 624,3              | 14,2            | (-) 4 184,8             | 29,0            | (-) 2 695,0              | 22,2            | (-) 808,4                | 14,0            |
| Centro-Oeste    | (-) 224,5                               | 2,1             | (-) 329,9                | 2,9             | (-) 929,1               | 6,4             | (-) 1 175,1              | 9,7             | (-) 308,6                | 5,3             |

Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

Nota: Estimativas dos autores.

**Tabela 5 - Taxa líquida migratória, por Grandes Regiões - Brasil - 1950/1995**

| Grandes Regiões | Taxa líquida migratória |                 |                 |                 |                 |
|-----------------|-------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|                 | 1950/1960               | 1960/1970       | 1970/1980       | 1980/1990       | 1990/1995       |
| <b>Brasil</b>   | <b>(-) 25,4</b>         | <b>(-) 26,5</b> | <b>(-) 31,6</b> | <b>(-) 28,4</b> | <b>(-) 29,3</b> |
| Norte           | (-) 18,5                | (-) 22,6        | (-) 6,3         | 9,6             | 21,5            |
| Nordeste        | (-) 30,8                | (-) 14,9        | (-) 20,1        | (-) 22,4        | 31,1            |
| Sudeste         | (-) 30,6                | (-) 48,5        | (-) 40,6        | (-) 35,2        | 25,9            |
| Sul             | (-) 18,9                | (-) 22,0        | (-) 45,5        | (-) 37,7        | (-) 30,2        |
| Centro-Oeste    | (-) 11,6                | (-) 17,0        | (-) 35,2        | (-) 48,8        | (-) 38,5        |

Fonte: Tabela 4.

Nota: Taxas decenalizadas.

As respostas a estas duas perguntas nos permitem sugerir sucessivos **ciclos regionais** de movimentos rural-urbanos detalhados a seguir:

#### **Anos 50: o modelo "pau-de-arara"**

Dos 11 milhões de migrantes rurais brasileiros dos anos 50, quase metade (46,3%) vinha do Nordeste<sup>6</sup>. Isto não é surpresa pois a década é conhecida como o período de maior migração inter-regional: a

construção da estrada Belém-Brasília, da nova Capital Federal, as grandes migrações para as áreas metropolitanas e mesmo as migrações para o trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, além de grandes secas no Nordeste brasileiro estão entre as principais explicações do fenômeno. O contingente populacional que deixou as áreas rurais nordestinas correspondeu a pouco menos de um terço (30,6%) da população que vivia no Nordeste no início da década. (Tabelas 4 e 5).

<sup>6</sup> Esta estimativa deve ser vista com cautela já que o seu resultado é obtido através da comparação dos Censos 1950 e 1960. O Censo 1960 apresentou vários problemas e na sua publicação, feita apenas a partir de 1976, não se encontram todas as informações. Por exemplo, os dados que permitem medir as taxas de fecundidade e mortalidade por situação de domicílio não foram publicados. As estimativas aqui apresentadas, utilizaram-se da função fecundidade e mortalidade da década, tendo as diferenças por situação de domicílio sido corrigidas utilizando-se os diferenciais médios observados entre 1940/50 e 1960/70. A dificuldade causada pelo Censo 1960 levou a que Martine (1990, p.22) observasse: "por incrível que possa parecer não se encontra facilmente na literatura uma estimativa global da emigração líquida do campo para a década de 50".

O Sudeste aparece também com números expressivos: quase quatro milhões de habitantes deixam o campo, o que corresponde a 30,6% da população rural do início da década, engrossando, provavelmente, as áreas metropolitanas da própria região, então em franco crescimento. Neste momento - e isso perdura até certamente o início dos anos 80 - o êxodo rural contribui para a expansão populacional das áreas metropolitanas de maneira mais importante que o seu simples crescimento vegetativo.

Aproximadamente 19% da população da Região Norte deixou as áreas rurais nos anos 50. Sua participação no fluxo total de migrantes rurais brasileiros é irrisória (2,7%), dado o baixo contingente populacional da região. O mesmo pode ser dito do Centro-Oeste (Tabelas 4 e 5).

O êxodo rural da Região Sul nos anos 50 (boa parte do qual intra-regional) atinge 18,9% da população rural no início do período e contribui com apenas 13% dos migrantes rurais brasileiros. Como estas cifras se referem ao saldo migratório, ou seja, ao balanço entre entradas e saídas de migrantes, não permitem identificar provavelmente dois tipos de movimentos em sentido contrário observados na região: algumas regiões do Rio

Grande do Sul já expulsam população em direção às cidades, enquanto outras (oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e norte do Paraná) estão recebendo novos habitantes rurais, em geral vindos do Alto Uruguai gaúcho.

As altas taxas de crescimento vegetativo observadas em todas as regiões rurais brasileiras, resultado de taxas de fecundidade crescentes e mortalidade decrescente (Tabelas 6 e 7), contribuem para explicar por que, apesar da magnitude do êxodo rural, a população do campo mantém-se estável, em termos absolutos. Durante todo o período considerado, a Região Nordeste apresentou taxas de fecundidade bem mais altas do que as demais regiões. Muito embora, a mortalidade desta região, medida pela menor esperança de vida ao nascer, também seja mais alta, o seu crescimento vegetativo era mais elevado do que o das demais regiões. No entanto, isto não explica a sua maior parcela de população rural, pois as taxas de migração rural-urbanas desta região são relativamente mais baixas do que as das demais regiões. Por outro lado, explica o elevado contingente populacional (em termos absolutos) que deixa as áreas rurais nordestinas.

**Tabela 6 - Taxas de fecundidade da população rural, por Grandes Regiões  
Brasil - 1940/1985**

| Grandes Regiões | Taxas de fecundidade |           |           |           |
|-----------------|----------------------|-----------|-----------|-----------|
|                 | 1940/1945            | 1960/1965 | 1970/1975 | 1980/1985 |
| <b>Brasil</b>   |                      |           |           |           |
| Norte           | 6,08                 | 7,28      | 6,75      | 5,82      |
| Nordeste        | 7,93                 | 7,76      | 7,29      | 6,24      |
| Sudeste         | 7,17                 | 7,04      | 5,84      | 4,31      |
| Sul             | 6,78                 | 6,96      | 5,42      | 3,69      |
| Centro-Oeste    | 6,39                 | 6,87      | 6,00      | 4,08      |

Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

Notas: 1. Estimativas dos autores.

2. Média de filhos tidos por mulher no final do período reprodutivo, dadas as condições vigentes de fecundidade.



**Tabela 7 - Esperança de vida ao nascer da população rural, por sexo e Grandes Regiões  
Brasil - 1945/1985**

| Sexo<br>e<br>Grandes Regiões | Esperança de vida ao nascer |      |      |      |
|------------------------------|-----------------------------|------|------|------|
|                              | 1945                        | 1955 | 1975 | 1985 |
| <b>Brasil</b>                |                             |      |      |      |
| <b>Homens</b>                |                             |      |      |      |
| Norte                        | 37,6                        | 51,4 | 60,9 | 62,8 |
| Nordeste                     | 34,8                        | 43,3 | 49,9 | 53,8 |
| Sudeste                      | 42,5                        | 54,3 | 60,5 | 65,8 |
| Sul                          | 49,9                        | 53,7 | 65,3 | 69,1 |
| Centro-Oeste                 | 45,1                        | 56,0 | 62,2 | 66,4 |
| <b>Mulheres</b>              |                             |      |      |      |
| Norte                        | 41,5                        | 55,6 | 66,2 | 69,8 |
| Nordeste                     | 37,5                        | 46,4 | 55,2 | 61,5 |
| Sudeste                      | 46,5                        | 58,2 | 67,6 | 72,9 |
| Sul                          | 52,9                        | 57,9 | 71,3 | 76,2 |
| Centro-Oeste                 | 48,9                        | 60,1 | 67,7 | 73,2 |

Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

Notas: 1. Estimativas dos autores.

2. Número médio de anos que um recém-nascido espera viver, dadas as condições vigentes de mortalidade.

### **Anos 60: a aceleração do declínio caipira**

Esta é a única década em que a maior parte dos migrantes rurais brasileiros não teve origem no Nordeste. Nenhuma região brasileira, em qualquer momento de sua história, sofreu uma emigração tão importante quanto o Sudeste rural dos anos 60: nada menos que seis milhões de pessoas deixam o meio rural da região, metade de toda a migração rural nacional e 46,5% dos que habitavam o meio rural do Sudeste em 1960 (Tabelas 4 e 5).

Martine (1990, p.22) atribui esse movimento às mudanças técnicas por que passa a agricultura da região (sobretudo São Paulo), bem como aos chamados "fatores de atração", que já estavam operando durante os anos 50 com a expansão das grandes cidades da região. A erradicação de cafezais, sua substituição por pastagens e a dissolução das "colônias" de fazendas que se seguiu à maneira como a legislação trabalhista foi usada em situação de regime militar, tudo isso contribuiu para este impressionante movimento populacional do Sudeste. O resultado é que, apesar das altíssimas taxas de

fecundidade (que passam de 7,17 a 7,04 entre 1940/45 e 1960/65 - Tabela 6) observou-se uma redução absoluta da população rural-regional de 800 mil pessoas - contrariamente às outras áreas do País onde a população continuou a crescer. É durante os anos 60 que ocorre, então, a grande desruralização da Região Sudeste.

Os 3,1 milhões de migrantes rurais nordestinos dos anos 60 correspondem a 27% do total nacional e a um quinto da população rural nordestina do início do período. A redução das secas, o caráter relativamente tardio que teve a expulsão dos trabalhadores rurais para a "ponta de rua" no Nordeste (que se intensifica na década seguinte com a não aplicação das conquistas obtidas com o Estatuto do Trabalhador Rural) e a redução das oportunidades de trabalho derivadas tanto da erradicação dos cafezais no Sul como do menor crescimento econômico nacional e da inexistência de grandes obras como as da década anterior, contribuem para explicar este menor nível migratório do Nordeste. A partir de então, como nos anos 50, o migrante rural brasileiro será antes de tudo um nor-

destino. (Tabelas 4 e 5), embora, como já foi assinalado, é somente durante os anos 90 que a taxa de desruralização nordestina ultrapassa a das Regiões Sul e Sudeste, mas não ultrapassa a do Centro-Oeste.

### **Anos 70: o Sul em busca do Norte**

Os anos 70 são a maior testemunha de que nem sempre o êxodo rural está associado à transformação na base técnica dos sistemas produtivos na agricultura, tanto é assim que o êxodo se abateu não apenas sobre as regiões de mecanização intensiva (Sul e Sudeste), mas também naquelas, como o Nordeste, onde impera o trabalho manual na agricultura. As duas regiões fornecedoras de migrantes rurais ao Brasil são o Nordeste (provavelmente numa retomada das migrações inter-regionais) com quase 5,0 milhões de pessoas e novamente o Sudeste com apenas 500 mil a menos. Neste último caso, é bastante verossímil que a mecanização (aliás subsidiada), a pecuarização e a continuidade da dissolução das colônias de fazenda tenham se associado a um mercado de trabalho urbano em expansão para provocar, depois dos seis milhões dos anos 60, mais um fluxo de quase 4,5 milhões de pessoas no Sudeste (Tabela 4).

No caso do Nordeste, entretanto, essa nova leva de 5,0 milhões de migrantes pode estar influenciada por um certo nível de pecuarização, mas relaciona-se antes de tudo com a expulsão generalizada de "moradores" dos engenhos e com as oportunidades ainda maiores de migrações inter-regionais, voltadas para trabalhos assalariados de baixa qualificação durante a época do milagre econômico (Tabela 4).

A grande novidade com relação aos anos anteriores entretanto está no Sul. Durante os anos 70, quase metade (45,5%) da

população rural que residia no Sul do Brasil, no início da década, sai do campo, e vêm daí nada menos que 29% de todos os migrantes rurais do País (Tabelas 4 e 5). Nestes dez anos, sua população rural tem uma redução de dois milhões de habitantes. Os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra são certamente a razão principal de um êxodo tão rápido<sup>7</sup>.

Além disso, numa região em que é muito importante o peso social da agricultura familiar, as taxas de fecundidade das décadas anteriores foram suficientemente altas para que se reduzissem significativamente as possibilidades de criação de novas unidades produtivas na própria região para aqueles (ainda numerosos) que desejavam continuar na profissão dos pais (Abramovay et al, 1997). As chances de expansão da fronteira agrícola do próprio Sul eram pequenas e a Região Norte começa a representar para muitos agricultores do Paraná e Santa Catarina o que o oeste destes estados representou anteriormente para seus pais, vindos do Rio Grande do Sul.

É fundamentalmente daí que virão os chamados "gaúchos", fundamentais na ocupação da Transamazônica e que vitalizaram as áreas rurais do Norte do País durante os anos 70 e 80, transformando-as em zonas de crescimento da população rural. O saldo migratório líquido regional do Norte é positivo neste período e a população rural ganha entre 1960 e 1980 um total de 1,2 milhão de pessoas.

Durante os anos 1970, o Centro-Oeste passa por importante processo de expulsão de população rural (35,2% da população de início do período), mas nacionalmente pouco expressivo. Sua população rural, contrari-

<sup>7</sup> As políticas brasileiras do período são citadas por especialistas do Banco Mundial - juntamente com as do Paquistão, do Sudão e da Etiópia - como responsáveis pela distorção nas relações de preços entre os fatores produtivos e, conseqüentemente, pela eliminação de inúmeras unidades produtivas familiares que explicam boa parte do êxodo massivo da Região Sul no período. (Binswanger e Von Braun, 1993, p. 181).

amente ao que ocorreu na década anterior, já começa a reduzir-se em termos absolutos, o que vai acentuar-se durante os anos 80, a década da desruralização do Centro-Oeste (Tabelas 4 e 5).

Foi também neste período que a fecundidade das áreas rurais iniciou um processo de redução acentuada, que se manifestou mais claramente nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A redução da fecundidade contribui, no curto prazo, para a desaceleração no ritmo de crescimento populacional e no médio para uma diminuição do êxodo rural.

### **Anos 80: no Centro-Oeste, crescer e expandir**

O padrão que imperou na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste (e que determinou a importância da região na oferta nacional de grãos) responde em grande parte pelo seu nítido esvaziamento demográfico rural nos anos 80. A soja no cerrado (estimulada não só por um poderoso e eficiente aparato de pesquisa agrícola, mas pelo oferecimento de garantias de preços em que pesados subsídios públicos estavam embutidos) junta-se à tradição pecuária para construir um meio rural cujas atividades econômicas demandam pouca mão-de-obra. Durante os anos 80, quase a metade (48,8%) da população rural do Centro-Oeste toma o caminho da migração. Como em termos absolutos esta população era pequena, o impacto no total nacional de migrações é baixo: apenas 9,7% (Tabelas 4 e 5).

Mais uma vez, como já foi assinalado, é do Nordeste que vem a grande maioria dos migrantes rurais: 5,4 milhões de nordestinos deixam o campo durante a década. Mas eles são pouco menos de um quarto da população rural regional. Há indicações de que a grande mudança com relação à década anterior é que este êxodo rural adquiriu um caráter predominantemente intrar-regional. Esti-

mativas do saldo líquido migratório inter-regional (rural e urbano) apontam para uma redução de 2,3 milhões do saldo líquido migratório dos anos 70 para 1,1 milhão nos anos 80.<sup>8</sup> Além de uma redução na emigração regional há indicações de que o fluxo oriundo das áreas rurais teria se concentrado mais nas cidades de pequeno e médio porte (Tabelas 4 e 5).

Nos anos 80, a população rural nordestina apresentou, pela primeira vez, um declínio absoluto de mais de 5 milhões de pessoas. Este fenômeno é resultado da combinação da elevada taxa de migração rural-urbana com uma queda nas taxas de fecundidade, que passou de 7,3 filhos para 6,3 filhos no período (Tabela 6). A mortalidade, medida pela esperança de vida ao nascer apresentada na Tabela 7, decresceu no período, mas num ritmo menor do que nas demais regiões do País.

### **Anos 90: o fim de um ciclo ?**

Mais que nunca, o êxodo rural brasileiro dos anos 90 é um fenômeno nordestino. De todos os migrantes rurais do País, 54,6% saíram do Nordeste entre 1990 e 1995 (Tabela 4), o que representou 31,1% da população que vivia na zona rural da região no início da década. A população rural nordestina apresentou uma redução absoluta de 1,2 milhão de pessoas nesses cinco anos como resultado do êxodo rural e da queda da fecundidade. Mas, foi o Centro-Oeste, a região brasileira que mais se desruraliza durante a década (Tabela 5).

A primeira grande novidade dos anos 90 parece estar nas Regiões Sudeste e Sul. O êxodo rural do Sudeste vem declinando em termos absolutos e relativos desde 1970. As taxas líquidas de migração nos anos 90 (se as atuais taxas forem mantidas ao longo da década) estarão pela primeira vez abaixo de 30% (contra uma seqüência histórica bem

<sup>8</sup> Camarano et al. (1997 p. 14-15).

superior, como se vê na Tabela 5). A população rural do Sudeste que havia perdido, em termos absolutos, quase 1,4 milhão de habitantes entre 1980 e 1991 foi reduzida entre 1990 e 1995 em apenas 357 mil pessoas. No Sul a probabilidade de migrar que foi de quase 40% nos anos 80 (Tabela 5) cai agora para aproximadamente 30%. A perda populacional rural absoluta dos anos 80 de pouco mais de 1,5 milhão de habitantes é agora de 334 mil.

A outra novidade importante vem da Região Norte, que, entre 1970 e 1990, atraiu mão-de-obra e que agora, durante os anos 90, assiste também a uma perda populacional de mais de 20%.

Em suma, apesar de sua magnitude global, os anos 90 parecem apontar em duas direções diferentes: por um lado, regiões em que o êxodo é ainda muito significativo (sobretudo o Nordeste, mas, também, embora com população rural menor, o Centro-Oeste). Por outro, o Sudeste e o Sul em que há uma emigração importante, mas onde não se deve esperar um declínio tão significativo da população hoje residente no campo, dado, inclusive, ao fato de se observar um reduzido contingente populacional residindo lá atualmente.

O que ocorre sim é a mudança na composição etária e por sexo do êxodo rural, que vai incidir sobre o tipo de população que habita o campo. É o que será visto a seguir.

#### **Migrações: o predomínio jovem e feminino**

O estudo histórico do êxodo rural parece contradizer aquilo que, no final do século passado, Ravenstein (1885/1980) apontou como lei dos processos migratórios: na verdade, "num primeiro período do êxodo rural, são os homens que partem para trabalhar fora, em migração sazonal ou definitiva. As mulheres não têm razão para partir, pois não encontram emprego fora do campo e elas permanecem integradas na vida social e familiar do povoado (*village*) tradicional, da qual elas têm mais dificuldade de escapar"

(Mendras, 1976/1995, p.235). Henri Mendras cita inúmeros exemplos históricos deste fenômeno, já a partir do Século XVIII, quando, na Europa, o êxodo rural é um movimento fundamentalmente masculino.

O próprio desenvolvimento do êxodo rural contribui para mudar esta situação. A partir de um certo momento "...são as mulheres que partem mais rapidamente e em maior número, pois os homens ficam retidos por seu ofício e sua unidade produtiva, enquanto as mulheres são mais atraídas pelas atividades terciárias urbanas" (Mendras, 1976/1995, p.236).

Num sentido bastante semelhante John Durston levanta a hipótese de que, "...num primeiro estágio da transição demográfica/ocupacional jovens rapazes pouco qualificados emigram, em geral temporariamente, para suplementar a escassa renda da família, especialmente nas etapas iniciais de formação de seus próprios lares, quando têm pouco capital, terra herdada ou trabalho para permitir sua sobrevivência no interior de sua própria unidade produtiva. Num estágio seguinte desta dupla transição, as moças estão mais expostas a alternativas à vida numa cultura 'machista' tradicional e alcançam mais anos de educação formal que podem servir como passaporte para trabalhos qualificados e freqüentemente não manuais, num novo ambiente" (Durston, 1996b, p.50).

Se a hipótese levantada por Mendras e por Durston for verdadeira, então o meio rural brasileiro encontra-se na segunda fase dos processos migratórios: os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e, entre eles, é crescente a proporção de moças.

Por que razão as moças migram mais e por que esta tendência se manifesta de maneira desigual em diferentes regiões e períodos históricos?

Somente pesquisas regionalizadas podem responder de maneira precisa a esta pergunta. Três hipóteses básicas devem ser levantadas neste sentido:

- a) As migrações estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano e o predomínio de moças vincula-se à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residência. Em 1995, aproximadamente 19% da PEA urbana brasileira estava ocupada em atividades domésticas.<sup>9</sup>
- b) Em algumas situações, este caráter seletivo das migrações está ligado a dinâmicas intra-familiares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada. Deixar a residência paterna é o caminho mais curto para a independência econômica, apesar dos inconvenientes ligados ao trabalho de doméstica. A própria família estimula esta migração, uma vez que são bem reduzidas as chances de as moças poderem se estabelecer como agricultoras ou esposas de agricultores (Abramovay et al., 1997).
- c) Outro caminho a ser explorado quanto à explicação do êxodo rural feminino e jovem (e que não é incompatível com o que acaba de ser mencionado) está na **ligação entre processos migratórios e formação educacional**. A tradição latino-americana (da qual o Brasil não é exceção, como mostra o relatório da FAO, 1995) neste sentido é que fica no campo o filho ao qual *la cabeza no le dá para más*: assim, valoriza-se mais o estudo das moças (com a perspectiva de que saiam do campo) que o dos rapazes.<sup>10</sup> Dados da CEPAL (Durstun, 1997) mostram que no Brasil rural 55% dos rapazes têm menos de quatro anos de estudo. A precariedade da situação educacional das moças também é grave, mas menos que

a dos rapazes: 42% das jovens rurais têm menos de quatro anos de estudo. Para que se tenha uma idéia da posição do Brasil na América Latina quanto a este aspecto, no Chile apenas 5% dos rapazes (e 4% das moças) estão nesta situação e mesmo no México as cifras são bem menos graves que no Brasil: 27% dos rapazes e 21% das moças.

O desenvolvimento destas hipóteses virá numa etapa posterior da pesquisa. O objetivo aqui é bem mais modesto: serão expostos, em primeiro lugar, algumas informações internacionais sobre envelhecimento e masculinização do meio rural para em seguida examinar as principais informações brasileiras a respeito.

### O celibato camponês: a experiência internacional

Uma das preocupações explícitas da União Européia ao reformar sua política agrícola em 1992 foi evitar aquilo que na França é conhecido como "desertificação rural" (Abramovay, 1994). Por mais que haja um certo exagero no termo, o fato é que hoje nos países capitalistas centrais quase ninguém encara o esvaziamento social do campo como uma contrapartida natural (e no limite desejável) do progresso. Ao contrário, há inúmeras políticas públicas na Europa e nos EUA voltadas ao povoamento do meio rural.

O envelhecimento e a masculinização do meio rural são talvez a expressão mais flagrante de seu declínio. É bem verdade que nos últimos anos, as migrações de retorno de populações aposentadas e com um bom nível de renda têm contribuído para inverter processos de desagregação que pareciam irreversíveis (Cromartie e Beale, 1997). Mas é claro que a ausência de jovens e a des-

<sup>9</sup> Melo (1998). Segundo ela, a categoria trabalhadores domésticos é essencialmente feminina: mais de 90% dos seus trabalhadores foram e são mulheres. Em 1985 havia cerca de 3,5 milhões (93,57%) de mulheres para apenas cerca de 250 mil (6,43%) homens, e em 1995 são 4,8 milhões (93,16%) de mulheres para 350 mil (6,84%) homens empregados neste tipo de atividade.

<sup>10</sup> Vários exemplos são citados neste sentido na mais importante publicação latino-americana a respeito (CEPAL, 1996). CEPAL (1995) e FAO (1995).



proporção entre os sexos acaba por comprometer as próprias chances desta retomada.

Nos últimos vinte anos, na França, o número de aposentados vivendo no meio rural aumentou 60%. Em 1982 havia 58 pessoas com mais de 65 anos para cada grupo de 100 jovens com menos de 20 anos (Hervieu, 1993, p.40). Ainda na França, nos grupos de idade entre 26 e 27 anos, 54% dos homens (mas apenas 31% das moças) moram em suas comunas de nascimento. Neste mesmo grupo de idade, 30% dos rapazes e somente 15% das moças moram ainda com os pais (Kayser et al., 1994, p.81).

A conjugação destes dois fatores (envelhecimento e masculinização) está na raiz de um fenômeno conhecido na França como *célibat paysan* (Bourdieu, 1979). Em 1990, entre os homens que exerciam a profissão agrícola um terço não tinha-se casado até a idade de 35 anos e um sexto até a idade de 45 anos (INSEE, 1993, p.47). Em alguns países europeus há inclusive agências matrimoniais especializadas no tema. Uma pes-

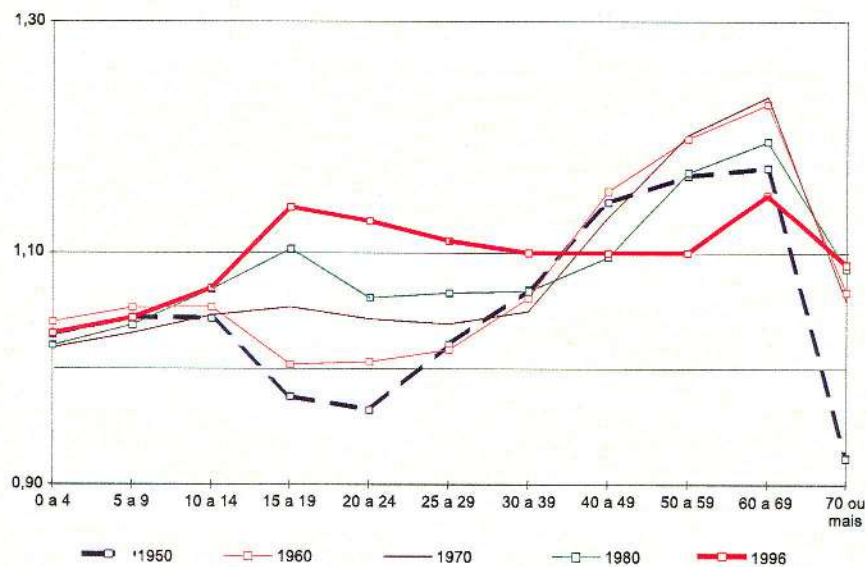
quisa realizada em 1987, na Bavária, mostra que apenas 4% das jovens rurais querem casar com agricultores, sendo que 41% delas não o fariam em nenhuma circunstância (Gasson e Errington, 1993, p.147).

A única informação agregada latino-americana a respeito está num trabalho da CEPAL (1995, p.8): em 1995 havia 5,2 milhões de homens a mais que mulheres na zona rural latino-americana. Nos grupos entre 15 e 29 anos, esta diferença chegava a 1,8 milhão - há 12% a mais de jovens homens, não muito distante da situação média do Brasil, como será visto a seguir.

### Brasil: gradual predomínio masculino entre os jovens rurais

O principal instrumento estatístico para estudar o tema proposto é a razão de sexo, já mostrada anteriormente. Este indicador foi calculado para o Brasil como um todo por faixas etárias como se vê pelo Gráfico 4, e também para as cinco regiões mostradas nos Gráficos de 5 a 9.

Gráfico 4 - Razão de sexos da população rural por grupos de idade  
Brasil - 1950/1996



O que mais chama a atenção neste gráfico é a coerência da evolução da razão de sexos nas faixas situadas entre 15 e 29 anos. Em 1950, há mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos é praticamente a mesma para ir aumentando a cada década o predomínio populacional dos rapazes. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% o número de moças.

Estes dados são bastante coerentes com a impressão transmitida por alguns (poucos) trabalhos de campo que abordaram o tema e que falam, durante os anos 90 (sobretudo no Sul do País) de um êxodo predominantemente jovem e feminino (DESER/UNIJUÍ/ASSESSOAR, 1992; MMA/DESER, 1994; e Abramovay et al., 1997).

Apesar da importância destas informações nacionais, seu nível de agregação praticamente impede a elaboração de hipóteses que expliquem esta tendência à predo-

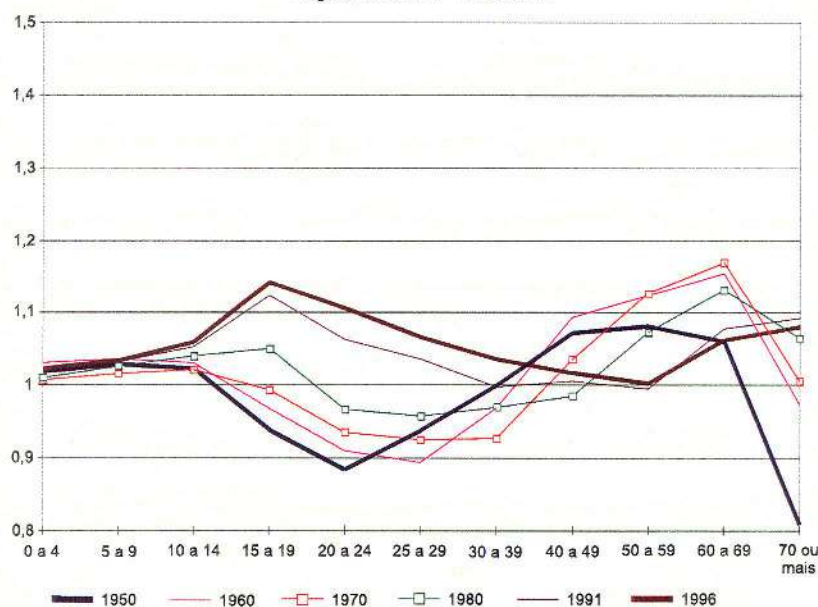
minância masculina entre os jovens rurais. Somente o estudo regional permite avançar neste sentido.

### Algumas diferenças regionais

O aumento no predomínio masculino entre os jovens rurais é nítido, sobretudo, no período mais recente em todas as regiões brasileiras, como mostram os Gráficos 5 a 9. O primeiro contraste interessante a ser observado neste sentido refere-se ao Nordeste, que é a região cuja área rural apresenta o menor grau de masculinização, com uma razão de sexos de 106 em 1995, inferior à média nacional.

Apesar desta diferença - que puxa a média brasileira para baixo - o que chama a atenção no Nordeste é a rápida evolução na razão de sexos na população entre 15 e 30 anos. Até 1970, a razão de sexos nas faixas de 15 a 30 anos era menor do que 1 no meio rural do Nordeste, corroborando as hipóteses

**Gráfico 5 - Razão de sexos da população rural, por grupos de idade  
Região Nordeste - 1950/1996**



Fonte: IBGE, vários censos demográficos.



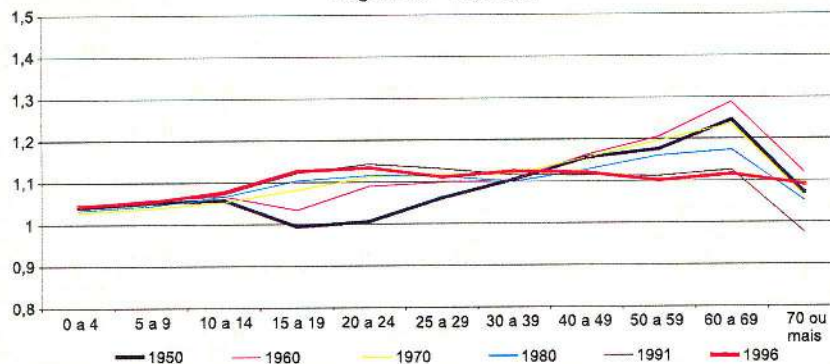
citadas de Mendras e Durston. Em 1980, no grupo de 15 a 20 anos a situação começa a inverter-se, mas entre 20 e 30 anos o predomínio é feminino. Em 1991, a esta tendência ao predomínio dos rapazes permanece e, em 1996, a razão de sexos na faixa entre 15 e 24 anos já praticamente alcança a média nacional e aquela entre 25 e 29 fica um pouco abaixo.

A segunda região rural menos masculinizada do Brasil é o Sul com uma razão de sexo equivalente à do País como um todo. O processo de masculinização começou nesta área bem mais cedo que no Nordeste

e esta situação vem desde 1960. O que chama a atenção, mesmo assim, é a progressão da razão de sexos nas faixas entre 15 e 30 anos, sobretudo naquela entre 15 e 19 anos que passa de 1,03 em 1960 para 1,13 em 1995.

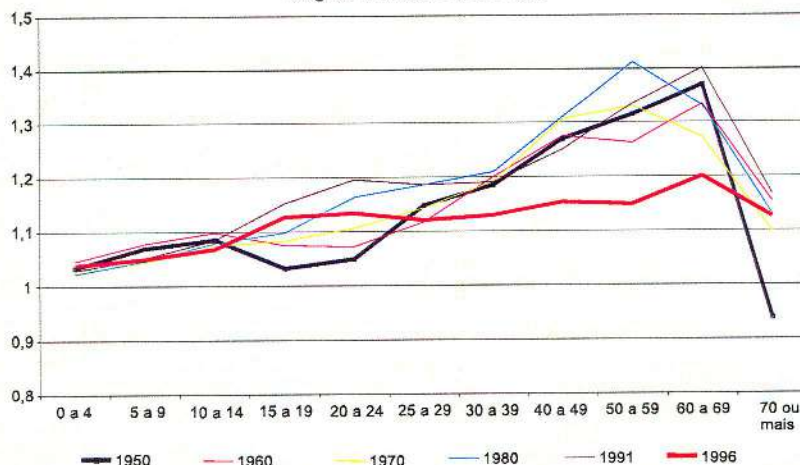
Desde os anos 1950, a razão de sexos no Sudeste é superior a 1. Mas também nessa área, observa-se um aumento considerável nas faixas jovens, sobretudo nas de 15 e 24 anos. Em 1950, a razão de sexos entre 15 e 19 anos era de 1,03 e entre 20 e 24 anos de 1,04; passam em 1996 a 1,13 e 1,11, respectivamente.

**Gráficos 6 - Razão de sexos da população rural, por grupos de idade  
Região Sul - 1950/1996**



Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

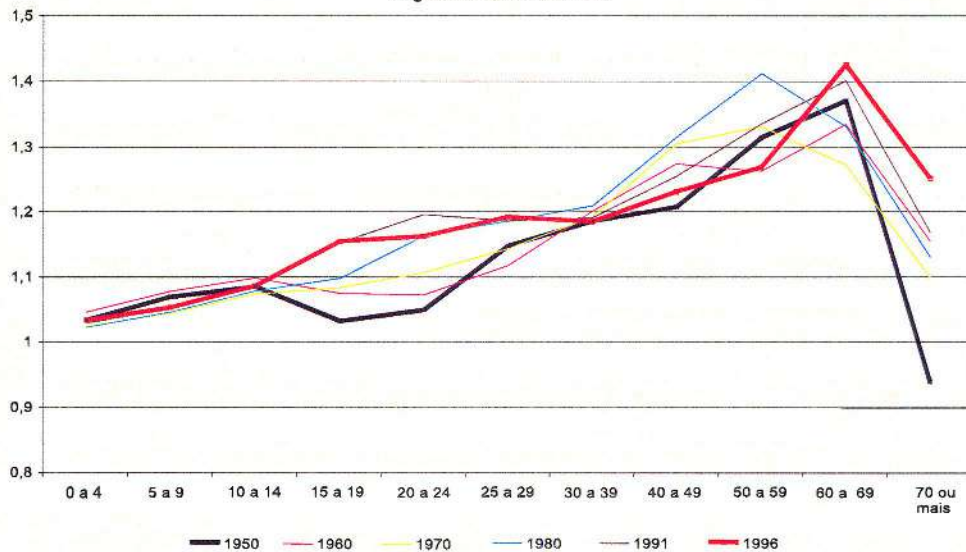
**Gráfico 7 - Razão de sexos da população rural, por grupos de idade  
Região Sudeste - 1950 - 1996**



Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

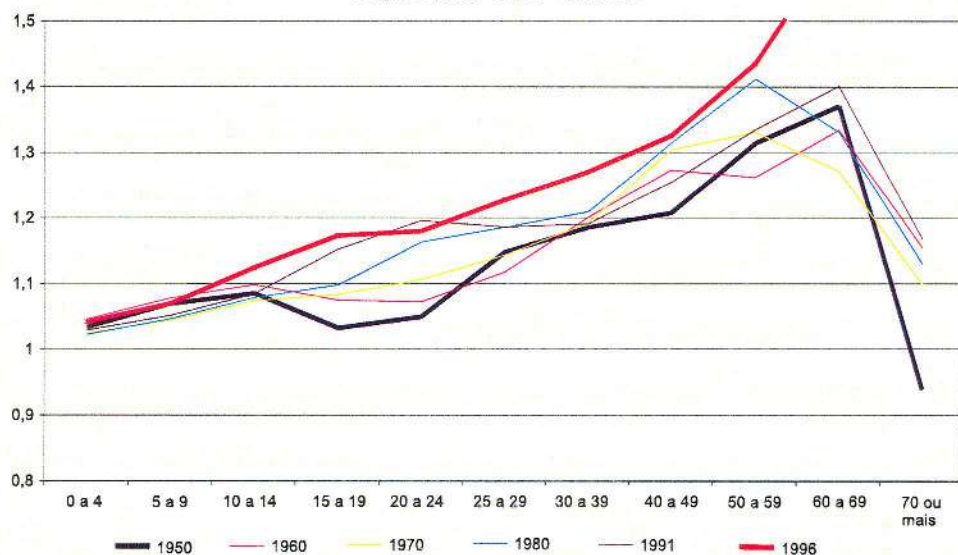
Na Região Norte, a tendência recente ao predomínio dos rapazes no meio rural é ainda mais acentuada. O Centro-Oeste era, em 1996, a região rural mais masculinizada do País. Sua razão de sexos é de 1,21 neste ano. Na faixa de 25 a 29 anos chega a 1,23.

**Gráfico 8 - Razão de sexos da população rural, por grupos de idade Região Norte - 1950/1996**



Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

**Gráfico 9 - Razão de sexos da população rural, por grupos de idade Região Centro-Oeste - 1950/1996**



Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

### Conclusões e algumas perspectivas

A desruralização continua marcando a organização territorial brasileira na virada do século. Mas há diferenças regionais importantes neste sentido: se o movimento massivo e generalizado de **êxodo** ainda marca o Nordeste, as Regiões Sudeste e Sul conhecem agora a emigração em escala bem mais reduzida que em períodos anteriores de sua história.

A Contagem Populacional mostrou que em 1996 ainda residiam na Região Nordeste mais de 15 milhões de pessoas, o equivalente a 46% da população rural nacional. As taxas de fecundidade aí vigentes são muito altas, apesar de decrescentes. Em 1991-1996, a taxa de fecundidade total era de 3,8 filhos por mulher, em comparação com 2,6 filhos para a Região Sudeste. Isto por si só já assegura um potencial de crescimento vegetativo elevado para a região e um horizonte onde o êxodo rural deve ter um lugar de destaque. Mas também nas demais regiões o êxodo dos anos 90 é muito grande.

Até que ponto o meio rural pode ser um espaço propício na construção da cidadania e de condições de vida capazes de promover a integração econômica e a emancipação social das populações que aí vivem? A resposta a esta questão supõe, antes de tudo, que se abandone a idéia conservadora de que é necessário "fixar o homem ao campo". O êxodo predominantemente jovem mostra, ao contrário, que o campo se abre cada vez mais para o contato com as cidades. Resta a saber se esta abertura dará lugar a laços construtivos e interativos ou se levará à desagregação do tecido social existente hoje no meio rural.

A resposta a estas questões exige a formulação de um programa de pesquisa que enfrente quatro temas básicos:

a) Qual a **estrutura social dos processos migratórios**? É bem provável que a maior parte dos assalariados rurais brasileiros já não sejam considerados pelo IBGE como pertencentes à população rural. Eles residem, em geral, em pequenas cidades

com poucas características que podem ser consideradas urbanas e trabalhando em atividades agrícolas. Se isso é verdade, são as unidades familiares de produção que estão ainda fornecendo os grandes contingentes da migração rural brasileira. Isso poderá ser aprofundado no confronto com os dados do Censo Agropecuário e, se confirmado, colocará obviamente uma questão crucial para a política governamental de assentamentos.

- b) O predomínio jovem e feminino no êxodo rural não pode ser visto simplesmente como "lei objetiva" dos processos migratórios: é fundamental que se examinem as razões que fazem do meio rural um lugar ainda menos propício para as moças do que para os rapazes. Isso supõe não só um estudo mais desagregado das informações aqui apresentadas e seu cruzamento com os dados do Censo Agropecuário, mas também pesquisas localizadas e qualitativas.
- c) É necessário discutir o que se entende exatamente por "meio rural" e aprofundar as comparações internacionais neste sentido. Os contrastes referem-se não só às definições, mas sobretudo às situações sociais: enquanto que no caso brasileiro é da **agricultura** que depende fundamentalmente a população rural, nos Estados Unidos apenas um décimo dos trabalhadores rurais são agrícolas (Hill, 1993, p.25) e na França apenas 13% dos que vivem nas comunas com menos de 2 000 habitantes são considerados agricultores (Abramovay, 1994). Embora se possa dizer que a porcentagem de brasileiros hoje vivendo no campo (22% da população) é menor que a de americanos (24%) ou a de franceses (27%), esta informação só toma sentido se for bem definido o que se entende em cada caso por população rural.
- d) A relação entre êxodo rural e acesso aos serviços básicos da cidadania é decisiva: os indicadores educacionais do meio rural brasileiro são, como se sabe, ainda mais precários que os do meio urbano, por sua



vez, um dos piores da América Latina. O maior acesso e a melhor qualidade da educação no meio rural pode ampliar as chances de que o campo seja um espaço que desperte nos jovens o interesse de aí realizar seus projetos de vida? Ou ao contrário, o acesso à educação é a antecâmara da partida em direção às cidades?

Em outras palavras, mais que estudos sobre migrações, trata-se de aprofundar o

conhecimento das condições de vida e do potencial de desenvolvimento embutido, hoje, no meio rural. Se o ceticismo quanto à fertilidade de um programa nesta direção é compreensível, a sensibilidade da opinião pública, as políticas governamentais e sobretudo os movimentos sociais que procuram fazer do campo um espaço propício na luta contra a exclusão social são sinais de que pode existir aí um horizonte promissor para a pesquisa.

### Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. A dualização como caminho para a sustentabilidade. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, p. 157-182, 1994. Número especial.
- \_\_\_\_\_, SACHS, Ignacy. *Nouvelles configurations villes campagnes : (Habitat II)*. Roma : FAO, 1996.
- \_\_\_\_\_, et al. *Juventude e agricultura familiar : desafios dos novos padrões sucessórios*. Chapecó, Brasília : FAO-INCRA, Centro de Pesquisa sobre Pequenas Propriedades ; Santa Catarina: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Edições UNESCO.
- LES AGRICULTEURS : portrait social. Paris : INSEE, 1993.
- BERCOVICH, Alicia. Características regionais da população idosa no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo : ABEP, v. 10, n. 1/2, p. 127, jan./dez. 1993.
- BINSWANGER, Hans P., VON BRAUN, Joaquim. Technological change and commercialization in agriculture : impact on the poor. In: INCLUDING THE POOR, 1989, Airlie House. *Proceedings...* Washington, D. C. : World Bank Regional and Sectoral Studies : International Food Policy Research Institute, 1993. 610 p. p.169-189.
- BOURDIEU, Pierre. Reproduction interdite : la dimension symbolique de la domination économique. *Études Rurales*, Paris, n. 113/114, p. 14-36, jul./dez. 1979.
- CAMARANO, Ana Amélia et al. *A dinâmica demográfica recente da região nordeste*. Brasília : IPEA, 1997.
- CONCEITUAÇÃO das características divulgadas na contagem da população de 1996. In: CONTAGEM da população 1996 [online]. Disponível: <http://www.ibge.gov.br> [capturado em 12 ago. 1997].
- CROMARTIE, John, CALVIN, Beale. População rural se recupera nos anos 90. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 13, p. 7-9, 1997.
- DESARROLLO rural sin jóvenes? Santiago de Chile : CEPAL 1995. (Texto para discussão, n. 1599).
- DIAGNÓSTICO sócio-econômico da agricultura familiar do sudoeste do Paraná-Curitiba/Ijuí/Francisco Beltrão. Ijuí : Universidade Estadual de Ijuí, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, Associação de Estudos e Assessoria Rural, 1992.
- DIRETRIZES de política agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília : FAO : INCRA, 1995.
- DURSTON, John. *Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina*. Santiago de Chile : CEPAL, 1996a. 127 p. p. 57-80.
- \_\_\_\_\_. Comparative international analysis of rural youth policy in developing countries: coping with diversity and change. In: EXPERT consultation on extension rural youth programmes and sustainable development. Roma : FAO, 1996b.

- DURSTON, John. Juventud rural en América Latina: recudiendo la invisibilidad. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 21., 1997, São Paulo. *Anais...* São Paulo : Associação Latino Americana de Sociologia, 1997.
- GASSON, Ruth, ERRINGTON, Andrew. *The farm family business*. Wallingford : Cab International, 1993.
- HERVIEU, Bertrand. *Les champs du futur*. Paris : F. Burin, 1993.
- HILL, Walter. Agenda for rural America in the 1990's. *Agricultural Outlook*, Washington, n. 193, June 1993.
- JUVENTUD rural : fuerza de modernidad y democracia. Santiago de Chile : CEPAL, División de Desarrollo Social, 1996.
- \_\_\_\_\_: modernidad y democracia en América Latina : Santiago de Chile : CEPAL, 1996.
- KAYSER, Bernard et al. *Pour une ruralité choisie*. Paris : Datar : Ed. de l'Aube, 1994.
- MARTINE, George. As migrações de origem rural no Brasil : uma perspectiva histórica. In: HISTÓRIA e população : estudos sobre a América Latina. São Paulo : SEADE, 1990. 308 p. p. 16-25.
- MELO, Hildete Pereira. O serviço doméstico remunerado no Brasil : de criadas a trabalhadoras. Notas de pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 125-132, jan./jun. 1998.
- A MULHER agricultora em Santa Catarina. Curitiba : Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 1994.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração 1885/1980. In: MOURA, Hélio. *Migração interna : textos selecionados*. Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980.
- VON MEYER, Heino. Les enseignements des indicateurs territoriaux. *L'Observateur de l'OCDE*, Paris, n. 210, p. 5-8, févr. 1998.
- WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: CONH, G. *Weber*. São Paulo : Ática, 1989. 167 p. p. 79-127. (Coleção grandes cientistas sociais).

## RESUMO

O trabalho apresenta um conjunto de estimativas de saldos e taxas líquidas de migrações rural-urbanas por sexo e grupos quinquenais de idade para o Brasil como um todo e as cinco regiões para as décadas de 50, 60, 70, 80 e o primeiro quinquênio dos anos 90. Estas estimativas serviram de base para que fosse analisado o papel desempenhado pelas várias regiões brasileiras a cada década no processo de desruralização da população brasileira.

Os movimentos migratórios respondem pelo processo de esvaziamento da população rural. Em termos nacionais, a intensidade do movimento de desruralização parece não ter-se atenuado muito nos últimos cinquenta anos. Entre 1950 e 1980, as áreas rurais das regiões Sudeste e Sul forneceram um volume expressivo de migrantes para as áreas urbanas.

Nas duas últimas décadas, foi do Nordeste que saíram do campo os maiores contingentes populacionais. Também neste período, áreas de expansão de fronteira agrícola como as Regiões Centro-Oeste e Norte constituíram-se em áreas expulsoras de população rural. Entre 1950 e 1980, as áreas rurais das Regiões Sudeste e Sul forneceram um volume expressivo de migrantes para as áreas urbanas.

Nos fluxos de origem rural, predominaram as mulheres com exceção dos anos 60. A magnitude da sobre-migração feminina foi diferenciada temporalmente e regionalmente. Uma consequência do fenômeno da migração diferencial por sexo é o aumento da razão de sexos rural e uma redução desta razão nas áreas urbanas, levando a uma crescente masculinização do meio rural brasileiro.

## ABSTRACT

This paper presents a time series of rural urban net migration by age and sex for Brazil as a whole and the five major regions. They refer to the 1950s, 1960s, 1970s, 1980s and the first half of the 1990s. It was possible to analyse the importance of the rural urban migration of each major region on the Brazilian total migration.

Rural-urban migration has been responsible for the reduction of rural population. At national level, this reduction has continued over the last 50 years. During 1950-80, most of the national rural urban migration was originated in the Southeast and the South regions. In the last two decades, it was the rural areas of the Northeast the most important out migration region. Also in this period, areas of agricultural frontier as the Mid West and the North became out migration area.

Female predominate on the rural-urban migration but it has varied according to regions and time periods. One consequence is an increase of the rural sex ration and a reduction of the urban ones.